

Petrobrás apresenta nova proposta de PLR

Paralelamente às negociações, o Sindipetro/MG realizou setorizada e ato com atraso com os trabalhadores da Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro (PBio)



A Petrobrás e os sindicatos filiados à Federação Única dos Petroleiros (FUP) reuniram-se ao longo desta semana para negociar uma nova proposta de pagamento da Participação nos Lucros e Resultados (PLR), referente aos exercícios de 2024 e 2025.

Nos dias 25 e 27 de novembro, a empresa apresentou, respectivamente, as propostas de PLR e do PRD/PPP. Já no dia 28, foi a vez das subsidiárias do Sistema Petrobrás apresentarem suas propostas de PLR.

A nova proposta de PLR da Petrobrás retoma

o piso único, sem o limitador que havia sido apresentado anteriormente (subpiso) e com um aumento de 6.6%, em relação à primeira proposta. O acordo proposto pela empresa é de dois anos, com reajuste de 8,33% para o piso da PLR 2025. A empresa também se compromete a negociar o Acordo de PLR 2026/2027 no primeiro trimestre de 2026.

Apesar desses avanços significativos, a nova proposta ainda privilegia os salários mais altos, em detrimento dos trabalhadores que estão no meio da pirâmide, cuja PLR conti-

nua sendo de três remunerações, sem perspectivas de melhoria em relação ao exercício de 2025.

Além disso, não houve avanços ainda em relação à principal reivindicação da categoria, que é a garantia da isonomia para todos os trabalhadores do Sistema Petrobrás. Outro ponto cobrado pela FUP é o compromisso da empresa em avançar para que os indicadores da PLR levem em conta todo o Sistema Petrobrás, já que trata-se de uma empresa integrada.

Ato e setorizada em Montes Claros

Paralelamente às ne-

gociações, o Sindipetro/MG realizou duas setorizadas com os trabalhadores da Usina de Biodiesel Darcy Ribeiro (PBio). O encontro tratou de demandas locais e alinhou lutas do sindicato com as trabalhadoras e trabalhadores da usina.

Na manhã de quarta-feira (27), os petroleiros da PBio realizaram um ato com atraso de duas horas na entrada da unidade. A mobilização teve como objetivo pressionar a gestão da Bio e da Petrobrás a apresentar uma proposta de PLR mais justa e digna para os trabalhadores.

Sindipetro/MG cobra ACT VA/VR da Regap



No dia 12 de novembro, o Sindipetro/MG enviou ofício à gestão da Refinaria Gabriel Passos (Regap), em Betim, informando o resultado das assembleias da categoria petroleira, realizadas nos dias 02, 04, 06, 08 e 10/11/2024, na grama da refinaria. Até o momento, a empresa ainda não retornou sobre as solicitações do Sindicato quanto à assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho (ACT) local sobre a implementação do Vale Alimentação e Vale Refeição (VA/VR).

Diante da aprovação da proposta de implementação do VA/VR nas assembleias, o Sindicato solicitou que a em-

presa envie o Acordo Coletivo de Trabalho local para a assinatura das partes. Conforme a minuta do ACT, a empresa tem um prazo de 60 dias após a assinatura do documento para implementar as mudanças no sistema de alimentação dos trabalhadores da unidade.

A proposta de implementação do VA/VR foi discutida em diversas reuniões com a participação do Sindipetro/MG, após reivindicação da própria categoria em abaixo-assinado. Na votação das assembleias, a proposta da empresa foi aprovada pela maioria, com 253 votos favoráveis, 79 contrários e 26 abstenções.

Sindipetro denuncia RM Engenharia

O Sindipetro/MG recebeu denúncias sobre irregularidades trabalhistas praticadas pela RM Empreendimentos, empresa que presta serviços à Regap. As denúncias são de reiterados atrasos de salários, falta de pagamento de rescisões contratuais e descumprimento de direitos trabalhistas.

Uma apuração do Sindipetro/MG revela que, no período de menos de um ano, a empresa tem cometido sucessivos atrasos de salários, e faltado com o pagamento das multas trabalhistas. Ainda segundo essa apuração, a RM Engenharia também tem atrasado o pagamento de rescisões de contratos, sem apresentar uma previsão de pagamento.

Segundo as denúncias, a RM justifica os atrasos alegando dificuldades financeiras, como a necessidade de contrair empréstimos ou atrasos nos repasses da Petrobrás. No entanto, tal situa-

ção evidencia uma gestão precária e um descaso com os direitos dos 14 funcionários que atualmente estão sujeitos a enfrentar os mesmos problemas ao término do contrato.

Além disso, desde agosto, a empresa não aplica o reajuste salarial devido, tampouco firmou o Acordo Coletivo de Trabalho. Também foi denunciada a ausência de um representante sindical para os trabalhadores, deixando-os ainda mais vulneráveis diante das irregularidades.

O Sindipetro/MG repudia essas práticas e cobra uma postura firme da Regap. “A Petrobrás é corresponsável por fiscalizar as condições de trabalho nas empresas contratadas e é lamentável que denúncias como essas continuem chegando regularmente, sem que a situação se altere para os trabalhadores contratados”, afirma Guilherme Alves, coordenador-geral do Sindipetro/MG.